



JUSTIÇA DE GÊNERO EM ESCOLAS PÚBLICAS: CONSTRUINDO IDENTIDADES A PARTIR DE RESISTÊNCIAS A "PRE-CONCEITOS" SOCIAIS E RELIGIOSOS

Carina Caetano de Oliveira de Oliveira Quines¹

Rosângela Angelin²

Resumo: Paulo Freire destaca que a Escola não transforma, mas é em si, um importante espaço de transformação das pessoas que, por sua vez, podem transformar o mundo. Frente à necessidade de mudar as relações humanas e de gênero, com uma educação voltada para a alteridade e a justiça social, este trabalho busca a compreensão da educação na (trans)formação das pessoas para uma mudança social. Assim, através de uma pesquisa qualitativa, com viés indutivo, realizada em duas escolas estaduais de Ensino Médio, do Município de São Luiz Gonzaga/RS, a pesquisa visa compreender como a cultura hegemônica conservadora têm se manifestado frente diversidade de gênero e orientação sexual, analisando aspectos culturais e identitários, bem como a influência de questões religiosas. Fica evidenciado que a cultura conservadora hegemônica, baseada em relações poder e, fundamentada em certos dogmas religiosos, não contribui para o respeito à diversidade de gênero

¹ Mestranda em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus de Santo Ângelo. Bacharela em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPQ) "Direito de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", vinculado ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado em Direito da URI, Campus Santo Ângelo/RS. Integrante do Projeto de Extensão: "O lugar das mulheres na sociedade". Policial Militar. E-mail: carinacaetano2912@gmail.com

² Pós-Doutora nas Faculdades EST (São Leopoldo). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado e Doutorado e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS. Líder do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ "Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas", coordenadora do Projeto de Pesquisa "Direitos Humanos e Movimentos Sociais na Sociedade Multicultural" e coordenadora do Projeto de Extensão "O lugar dos corpos das Mulheres na Sociedade", todos vinculados ao PPGDireito, acima mencionado. Vice líder do Núcleo de Pesquisa de Gênero da Faculdades EST. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br

e sexual, ferindo os preceitos de justiça de gênero, o que pode ser vislumbrando nos espaços escolares pesquisados, os quais se mostram permeados por uma fronteira simbólica resistente e edificada de preconceitos. Embora a identidade de gênero e diversidade sexual seja classificada como direito fundamental, o Brasil tem apresentado significativo retrocesso frente a tais direitos, destacando-se a proibição desses temas em salas de aula, sob o argumento que se estaria pregando uma “ideologia de gênero”. É primordial o debate desses conceitos nas escolas para evitar apropriações conservadoras e discriminatórias, em especial, por serem espaços de formação de novas possibilidades culturais.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Educação.

Abstract: Paulo Freire points out that the school does not transform, but it is itself an important space for transforming people who, in turn, can transform the world. Faced with the need to change human and gender relations, with an education focused on alterity and social justice, this work seeks to understand education in the (trans) formation of people for a social change. Thus, through a qualitative research, with inductive bias, carried out in two state schools of high school, from the municipality of São Luiz Gonzaga/RS, the research aims to understand how the conservative hegemonic culture has manifested itself in the face of diversity of gender and sexual orientation, analyzing cultural and identity aspects, as well as the influence of religious issues. It is evident that the hegemonic conservative culture, based on power relations and, grounded in certain religious dogmas, does not contribute to respect for gender and sexual diversity, in visioning the precepts of gender justice, which can be glimpsing in researched school spaces, which are shown permeated by a sturdy symbolic frontier and built of prejudices. Although gender identity and sexual diversity are classified as a fundamental right, Brazil has presented a significant setback against such rights, highlighting the prohibition of these themes in classrooms, under the argument that one would be Preaching a "gender ideology". It is paramount to debate these concepts in schools to avoid conservative and discriminatory appropriations, especially because they are spaces for the formation of new cultural possibilities.

Keywords: Sexuality. Gender. Education.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pedagogia freireana tem presente que a Escola não transforma, mas é em si, um importante espaço de transformação das pessoas que, por sua vez, podem transformar o mundo. Perante à necessidade de mudar as relações humanas e de gênero, com uma educação voltada para a alteridade e a justiça social, este trabalho busca a compreensão da educação na (trans)formação das pessoas para uma mudança social.

O direito, alicerçado em discursos e convicções religiosas fundamentalistas, serviu de instrumento para reforçar e conservar padrões morais sexuais majoritários e dominantes, reafirmando a família heterossexual e criminalizando as demais manifestações sexuais, como por exemplo, a homossexualidade. O Direito deve seguir os comportamentos observados no meio social e torná-los efetivos no seu ordenamento. O movimento correto seria esse, o direito acompanhando a sociedade, e aperfeiçoando-se a partir de sua evolução e mudanças.

Nesse sentido, são perceptíveis os crescentes problemas envolvendo questões de gênero, diversidade, homofobia e violência contra mulheres e pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, queer e outras) no Brasil, existindo, inclusive, uma restrição de direitos básicos de cidadania, bem como, tratamentos inferiorizantes e degradantes desses grupos, colocando em cheque sua individuação e autonomização, privando seu direito humano de identidade de gênero e orientação sexual, resultantes de práticas seletivas estimuladas somente por insinuações pseudomoralistas e conservadores.

Diante do exposto e, a partir de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo, o estudo reflete acerca de como a influência da cultura hegemônica e conservadora contra debates sobre diversidade de gênero e orientação sexual têm se manifestado em espaços escolares, em específico, em duas escolas públicas, estaduais de Ensino Médio, do Município de São Luiz Gonzaga/RS e, se isso tem afrontado o direito humano à identidade de gênero e orientação sexual.

IDENTIDADE(S) E DIFERENÇA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A sociedade é essencialmente mutante. O direito, enquanto ciência social deve acompanhar essas mudanças e agregar institutos novos conforme o caminhar da sociedade. Essas mudanças estão intrínsecas às identidades do sujeito, identidades estas, que, tradicionalmente eram vistas como unas e imutáveis, enquanto que, modernamente são tidas como plurais e em transformação. Essas modificações acarretaram o surgimento da sociedade

multicultural da atualidade, manifestando de forma variada o clamor por reconhecimento.

Por sua vez, as relações humanas não são relações estanques, sendo que, as manifestações dos desejos e afetos humanos encontram diversas formas de exteriorização. Assim, as sexualidades humanas se manifestam de múltiplas formas. Contudo, o modo como as pessoas vivem sua sexualidade, com quem se relacionam afetiva ou sexualmente, acendem debates polêmicos e exaltados, seja no campo pessoal, político ou jurídico, alicerçados nas relações de poder, acabando por criar estereótipos e excluindo ou invisibilizando a diversidade.

Abordar como se dá a construção das identidades, em especial, a sexual e de gênero, é de suma importância, assim como refletir sobre a relação do indivíduo com a sociedade. Nesse sentido, é relevante considerar os processos identitários concernentes às diversas identidades sociais e perceber que as construções identitárias vinculam o sujeito social aos grupos sociais. Para tanto, é oportuno, descrever, ainda que de modo sucinto, diversas visões acerca do termo “identidade” e seu entorno.

A globalização, a partir dos avanços tecnológicos e dos meios de comunicação, demarca inúmeras mudanças no período chamado de pós-modernidade, denominado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman de “modernidade líquida”. Bauman assinala que o momento atual é de mudanças e de transformações. Novas maneiras de pensar e agir configuram a sociedade, que está deixando de lado os valores tidos como imutáveis e fixos para ceder espaço a uma sociedade em constantes mudanças. O autor assinala que estamos vivendo em uma sociedade líquida³. Nesse cenário social emerge um sujeito que também acompanha tais mudanças. Valores tradicionais concebidos como organizadores e norteadores da sociedade como a razão, Deus, as ciências, a família, o trabalho e o Estado, neste momento,

³ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

estão sendo substituídos por valores nem sempre fixos e muitas vezes descartáveis⁴.

Tomaz Tadeu da Silva sugere que o sujeito é único em sua essência, na medida em que há outros sujeitos que diferem dele, e é dessa forma, que a identidade e a diferença estão intrinsecamente ligadas, já que elas dependem uma da outra. A identidade e a diferença se exprimem, dessa forma, nessas afirmações sobre quem pertence e quem não pertence, delimitando fronteiras, rotulando e normalizando e, logo, elas não podem ser desassociadas das diversas relações de poder. Por isso, é de suma importância destacar que não é fácil definir o que é “identidade”, e que simplesmente afirmar “sou brasileiro”, “sou heterossexual”, “sou homem”, fazendo referência a si próprio de forma autocontida e autossuficiente já não abrange a acepção de identidade do mundo moderno⁵.

Para Kathryn Woodward, a identidade é relacional, além de envolver a biografia do sujeito; ela é produto da convergência entre as sociedades e o sujeito. Para a existência da identidade é mister algo de fora dela, ou seja, outra identidade, fornecendo elementos para que ela exista, diferenciando-se daquilo que ela não é. Nesse sentido, a identidade é marcada pela diferença, nunca se opondo uma à outra, mas uma dependendo da outra para sua existência, ambas sendo concebidas cultural e socialmente. Assim, para a autora a diferença pode ser forjada de forma negativa ou positiva. Ela é negativa quando reflete na exclusão e marginalização das pessoas consideradas “diferentes” e, é positiva, quando consegue abranger a

⁴ No mesmo prisma que Bauman, mas focado na identidade cultural, o sociólogo jamaicano Stuart Hall aponta o conceito daquilo que nomeia como “identidades culturais”, classificando-as como interpretações, da qual a construção identitária emerge do “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. Hall admite que a sociedade contemporânea está “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. O autor revela que as identidades sociais correspondem a um constructo teórico e não uma “essência” localizada no interior do indivíduo. Por sua vez, a identidade pode ser vista como aquilo que possibilita ao ser humano diferenciar-se dos demais integrantes do grupo e, é a partir dessa diferenciação que o ser humano passa a se referir a “si mesmo”, tornando-se singular. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

⁵ SILVA, Tadeu Tomaz da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tadeu Tomaz da [Org.]. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ, Vozes, p. 103-131, 2000.

diversidade das identidades e sua multiplicidade, numa perspectiva que enriquece as relações humanas⁶.

No aspecto da identidade de gênero, a filósofa feminista Simone de Beauvoir defende, ao longo de suas obras, que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”⁷. A autora trabalha com a dicotomia existente entre sexo e gênero, o que permite identificar o segundo elemento como resultado dos significados culturais inscritos sob um corpo sexuado. Logo, sexo e gênero seriam duas categorias distintas, pois, sendo o gênero constituído por significados culturais em um corpo sexuado, o sexo, por sua vez, se revelaria algo imutável e completamente independente do gênero. Judith Butler⁸ observa a ideia de “construção” oculta a existência de um eu ou de um nós, que atua e que produz o gênero. Ao invés desse termo, ela propõe a utilização da concepção de fabricação ou produção, em virtude da referência ao processo constante de materialização do gênero no corpo. Sexo e gênero se misturam, na acepção da autora, o que leva a afirmar que o componente identitário sexual dos indivíduos não deve ser fixo, mas criado por ele através da performance no meio social⁹.

O filósofo e historiador francês Michel Foucault ensina que o corpo humano é a “superfície de inscrições dos acontecimentos”, ou seja, através dos corpos as identidades, em especial as sexuais, são manifestadas, com infinitas escolhas relacionais entre os indivíduos¹⁰. Para o autor, a sexualidade é um dispositivo histórico, ou seja, uma “invenção social” empregada por silogismos, regras e organizações que estão em determinados períodos e espaços históricos¹¹.

⁶ WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu Tomaz da [Org.]. Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-40.

⁷ BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 1967. 2 volumes.

⁸ BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

⁹ A performatividade pode ser compreendida a partir da repetição e incorporação de normas socioculturais e/ou jurídicas, impostas aos sujeitos e, em relação às quais estes podem viver confortavelmente ou entrar em conflito, isso depende de inúmeras pedagogias, e não apenas de uma decisão voluntarista de cada pessoa. (BUTLER, 2015)

¹⁰ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

¹¹ O dispositivo sexual apresentado por Foucault é estritamente conectado com a análise da “sociedade disciplinar”, uma das formas modernas de regulamentação social, na qual há

O modo como as pessoas vivem sua sexualidade, com quem se relacionam afetiva ou sexualmente, com parceiras/os do mesmo sexo, ou parceiras/os do sexo oposto, referem-se à identidade sexual, incluindo aqui as pessoas trans¹². A identidade sexual compreende à orientação sexual do sujeito, e que de forma equivocada tem sido nomeada de “opção sexual”, termo que não deve ser utilizado, já que a dimensão do desejo não cabe numa escolha racional.

A partir do exposto, constata-se a complexidade que está envolta nos debates acerca das identidades de gênero e sexuais. Este tema se torna ainda mais delicado quando discutidos debatidos nos espaços escolares, os quais têm significativa relevância no processo de conscientização, orientação e instrumentalização do corpo da/o adolescente e da constituição do sujeito. A escola, tradicionalmente, ao categorizar os indivíduos de acordo com a sua classe social, etnia e sexo, tem historicamente colaborando para e hierarquizar e (re)produzir as diferenças, reproduzindo desigualdades a partir delas. No caso das questões de gênero e, invisibilizando ou discriminando outras expressões das sexualidades possíveis que não estejam em conformidade com a norma hegemônica e, certamente, não contemplando a inclusão da diversidade sexual proposta na atualidade.

DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA/RS

A inquietação que motivou este trabalho se materializou no questionamento condutor: como a influência da cultura hegemônica e conservadora contra debates sobre diversidade de gênero e orientação sexual têm se manifestado em espaços escolares, em específico, em duas escolas

vigilância e controle constantes, não apenas de um indivíduo pelo outro, mas da sociedade enquanto coletividade. Esse controle impede o desenvolvimento do processo de construção identitário do componente sexual sobre o corpo dos indivíduos, uma vez que o considerado “anormal” para aquele contexto social, é afastado e enclausurado, evidenciando o papel que a sexualidade tem no “biopoder”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

¹² A socióloga brasileira Berenice Bento retrata a transexualidade como uma experiência identitária de imenso conflito com os ditames de gênero, os quais vêm o gênero a partir de disposições naturais. A condição sexual do transexual conflita com sua condição anatômica, identificando-se este psicologicamente com o sexo oposto. BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

públicas, estaduais de Ensino Médio, do Município de São Luiz Gonzaga/RS e, isso tem afrontado o direito humano à identidade de gênero e orientação sexual?

A presente pesquisa atendeu as exigências normativas de pesquisa de campo, a proposta de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, tendo sido o projeto considerado atual e pertinente para a área de conhecimento, e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS. A pesquisa de campo contou com processos de convivência e diálogo com educadores/as e educandos/as do terceiro e segundo anos do ensino médio das duas escolas acima mencionadas, que foram definidas como Escola A e Escola B¹³.

Por ocasião da pesquisa de campo foram utilizados três diferentes questionários, compostos por questões objetivas de múltiplas escolhas e outras, dissertativas, aplicadas às direções das Escolas, coordenações pedagógicas, bem como educadoras/es e as/os educandas/os do terceiro ano (Escola A) e segundo ano (Escola B) do Ensino Médio, com o objetivo de pesquisar como a influência da cultura hegemônica e conservadora têm se manifestado contra debates sobre diversidade de gênero e orientação sexual em espaços escolares¹⁴.

Os dados catalogados a partir dos questionários são bastante extensos e suscitam uma gama bastante interessante de análises, para tanto elegeu-se as seguintes categorias analíticas como eixo norteador interpretativo: a)

¹³ A escolha dos espaços escolares em que se realizou a pesquisa obedeceu alguns parâmetros fundamentais, tais como: serem públicas, preferencialmente estarem localizadas e serem frequentadas por classes economicamente distintas. As escolas possuem uma representatividade considerável dentro do Município, não fazem distinções de classes sociais, etnias, religião e/ou outras. Foram realizadas entrevistas pré-agendadas, priorizando o diálogo e a convivência com a direção, coordenação pedagógica, as/os educandas/os e as/os educadoras/es das escolas A e B. Para esta etapa de coleta de dados e conhecimento mais aprofundado de como as temáticas sobre identidade de gênero e orientação sexual são abordadas, foi utilizada a metodologia envolvendo a narrativa escrita, momento em que os componentes do espaço escolar responderam os questionamentos.

¹⁴ O Campo Amostral é composto especificamente por duas turmas de Ensino Médio, possuindo cada turma aproximadamente 30 (trinta) educandas/os, na faixa etária de 14 (quatorze) a 17 (dezessete) anos, que frequentam o terceiro ano e o segundo ano, sendo pertencente, respectivamente, à Escola A e à Escola B. As turmas foram escolhidas pelas coordenações pedagógicas de cada escola, se levando em consideração as que apresentam discussões e/ou conflitos no que se refere às temáticas.

concepções sobre gênero e sexualidade; b) discriminação e preconceito e, c) educação sexual e de gênero na escola. Esses temas serão analisados em relação a cada grupo pesquisado: primeiramente direções e coordenações pedagógicas e, posteriormente, educadoras/es e educandas/os¹⁵.

Assim, iniciando as reflexões, as primeiras respostas dos questionários serem analisadas são das direções e coordenações pedagógicas. No que tange as concepções sobre gênero e sexualidade, perguntou sobre a compreensão acerca de “Gênero e Sexualidade”? Na análise das respostas se percebeu que tanto os/as respondentes da Escola A, quanto da Escola B, se referiram a gênero e sexualidade, ora como sinônimos, ora de forma antagônica, inclusive atribuindo à sexualidade como uma escolha¹⁶.

Referente às questões voltadas para discriminação e o preconceito, uma das questões teve como objetivo analisar a problemática da reprodução dos preconceitos e das discriminações no cotidiano e nas práticas institucionais, com destaque para a instituição escolar, trazendo uma situação hipotética em que um/a estudante pede a opinião do profissional sobre homossexualidade. Unanimemente, em ambas as escolas, a questão assinalada foi: “Isso é algo de cada um/a e não podemos julgar as pessoas, mas sim respeitá-las”¹⁷.

¹⁵ O público alvo da pesquisa, totaliza 02 (duas) diretoras, 02 (duas) coordenadoras pedagógicas, 16 (dezesesseis) educadoras/es que ministram aula para os 60 (sessenta) educandas/os. Frente a esse quantitativo de público, o total de questionários aplicados na Escola A, foram de 19 (dezenove) para educandos/as, 03 (três) educadores/as e 02 (dois) para a direção e coordenação pedagógica. Na Escola B, foram um total de 11 (onze) para educandos/as, 01 (um) educadores/as e 02 (dois) para direção e coordenação pedagógica. Ressalta-se, para fins explicativos, que a adesão de participação do público alvo foi voluntária.

¹⁶ No geral das respostas por esse grupo, se percebe a concepção binária de gênero, ou seja, homem versus mulher, excluindo assim as demais feminilidades e masculinidades presentes no contexto da sociedade e, oportunamente trabalhadas na presente pesquisa, demonstrando a hegemonia de um olhar mais fechado e conservador para essas questões. Já, quando perguntadas/os sobre as diferenças naturais entre homens e mulheres, foram vislumbradas, em sua maioria, diferenças anatômicas, embora a emoção das mulheres fosse citada como uma diferença natural. Nesse sentido, se pode perceber que os estudos sobre a constituição das masculinidades e feminilidades afirma o essencialismo biológico presente e disseminados no cotidiano.

¹⁷ Nesse mesmo questionário, outra pergunta apresenta respostas de todas as direções e coordenações pedagógicas, levando a acreditar que a homossexualidade/transsexualidade seria um tema mais ou menos pacificado na escola. Porém, ao analisar as respostas de outras perguntas, que envolve uma pergunta sobre situações envolvendo discriminações no ambiente escolar ao ser presenciada pelos/as profissionais, surgiram respostas como, por exemplo: “No momento eu não tinha embasamento para agir”. Outra/o entrevistada/o

A convivência da pesquisadora nos Espaços escolares para a aplicação dos questionários tornou possível perceber que educandos/as utilizam formas de tratamento preconceituosas entre si, como “seu viado”, “seu puto”, acreditando ser algo “natural”. Um destaque bastante interessante, que revela a falta de conhecimento sobre as temáticas de gênero e orientação sexual, foi um dos cartazes afixados na Escola A, no intuito de abordar a temática da diversidade sexual, utilizou equivocadamente, o termo “homossexualismo”, e não homossexualidade. Embora a presente Escola esteja implantando ações no sentido de combater discriminações e preconceitos no tocante às temáticas, muito se tem a avançar na discussão e no respeito à diversidade.

Em outros questionamentos, o intuito foi analisar a complexidade dos desafios envolvidos na formação inicial e continuada dos/as profissionais, a fim de que possam lidar com as questões de gênero, sexualidade e diversidade. Uma das questões sondou se o/a profissional foi orientada/o a como trabalhar com as temáticas sobre a diversidade sexual e de gênero. Caso a resposta fosse positiva, como se deu a orientação. Em caso de resposta negativa, se isso tem feito falta para sua atuação na escola. Os/as respondentes da Escola A, afirmaram receber tal orientação na formação continuada, enquanto, na Escola B, afirmaram não ter recebido nenhuma espécie de orientação, inclusive salientando a sua necessidade¹⁸.

O segundo questionário destinou-se ao grupo de educadores/as e, as questões a serem analisadas se vizinham àquelas das direções e coordenações pedagógicas. É importante ressaltar que as respostas se assemelham às das direções e coordenações pedagógicas, atribuindo o

respondeu: “Conversaria com os alunos envolvidos”. A pergunta que paira, a partir das colocações, acima, é: conversaria de que forma? A partir de que embasamento? Isso revela que, mesmo as direções e coordenações pedagógicas não têm formação suficiente para saber como lidar com essas situações, o que reflete na orientação dos/as demais educadores/as da escola.

¹⁸ Na presente pesquisa, é possível vislumbrar a lacuna existente no que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e o que ocorre efetivamente nas escolas. Como discorrido anteriormente, a Escola A já vem apresentando trabalhos e discussões sobre os temas de diversidade sexual e de gênero, o tratamento desses temas ainda é trazido de forma genérica e/ou estereotipada, muitas vezes inferiorizando as pessoas que já sofrem por sua diferença. Fato é que, educadores/as de ambas as Escolas não receberam formação efetiva de estudo de gênero e sexualidade, para que assim pudessem tornar-se multiplicadores/as de conhecimento na área, com formação para mediar/trabalhar situações discriminatórias no grupo discente.

gênero dicotomicamente a homem versus mulher e, a sexualidade como algo a ser escolhido pelo ser humano¹⁹. Outra questão destinada aos/as educadores/as abordou sobre a ocorrência ou não de discriminação. Educadores/as de ambas as Escolas, responderam a questão de forma veemente, de que não presenciaram situações de discriminação e/ou preconceito. Observa-se aqui uma certa controvérsia em relação ao narrado pelos/as educandos/as, podendo suscitar o entendimento de que educadores/as concebem esses comportamentos como “naturais” e/ou não ofensivos.

O terceiro questionário dessa pesquisa teve como público alvo educandos/as. Chamou a atenção para a pesquisadora a inter-relação de respostas contraditórias entre duas questões, na Escola A. Para a pergunta de múltipla escolha, “As meninas podem fazer as mesmas coisas que os meninos?”, na Escola A, a maioria das respostas foi positiva. Cabe salientar, que ao analisar as respostas da próxima questão, a qual questiona se, na Escola existem coisas que somente as meninas ou somente os meninos fazem, e em caso afirmativo, quais são, percebeu-se uma desconformidade entre as respostas, revelando que existe, nos espaços escolares, tratamento diferente para meninos e meninas. Segue, algumas afirmações desse público: “Existe, porém é mais percebida nos anos iniciais, no ensino médio a educação física e outras atividades são mistas”; “Sim, principalmente nos primeiros anos na escola, por exemplo: Os meninos vão jogar bola e a maioria das meninas fica brincando conversando com outras gurias”; “Sim, por exemplo, os meninos podem vir de bermuda para a escola no verão e as meninas não podem usar shorts porque constroem os meninos”; “Só existe que guria não pode usar shorts porque constroem os meninos”; “Não, porém no verão quando

¹⁹ Destaca-se a fala de um/a dos/as respondentes, que trouxe a seguinte afirmação, no que se às diferenças naturais entre homens e mulheres: “Existe um padrão que está sendo desmistificado, porque não há diferenças, somos iguais em sua totalidade”. Embora a resposta, acima, denote uma alteridade e compreensão bastante avançada em relação aos demais, também é problemático se afirmar que não existem diferenças. Acredita-se que quem respondeu, equivocou-se com os termos “diferença” e “desigualdade”. É importante que se afirmem e reconheçam as diferenças, para que elas não se tornem desigualdades. Nesse sentido, ao se trabalhar temas como identidade de gênero e orientação sexual nos espaços escolares, é de suma relevância a construção de um delicado equilíbrio entre o respeito às crenças individuais e as liberdades de gênero e sexuais, valorizando a diversidade, combatendo o preconceito e quaisquer formas de discriminação.

supervisionam as “roupas curtas”, chamam só as meninas para levantar da classe e medir o comprimento”.

É curioso notar que, a afirmação “chamam só as meninas” expressa, de forma extrema, que concepções machistas estão presentes no ambiente escolar e se refletem nos corpos, em especial, das meninas, sendo reproduzido pelas direções e coordenações pedagógicas das escolas, numa clara percepção do lugar dos corpos masculinos e femininos também dentro das Escolas²⁰.

Referente ao bloco de questionamentos sobre “discriminação e preconceito”, umas das questões, trouxe uma situação por conjectura, devendo o/a educando/a imaginar que está em sua casa, com a família, e na novela dois homens se beijam em uma cena romântica. Então, buscava-se saber que os pais/mães/responsáveis diriam, que mais se aproxima da situação vivenciada. Em ambas as Escolas, as respostas variaram entre: “Isso não existe, é coisa do ‘demônio’. Deus fez o homem e a mulher para reproduzirem”; “Isso não é assunto para se ter em casa”; “Simplesmente não dizem nada” e “Eles tem certo preconceito porém respeitam”, ou então, “Eles acham uma falta de respeito, ambos são preconceituosos”. Destaca-se, ainda outra resposta: “Minha mãe aceita mas não gosta de que passe na TV, o meu pai costuma zoar e ficar indignado, mas não é agressivo”.

Ao analisar as respostas de ambos os espaços escolares denota que as origens da homofobia estão fixadas junto a algumas crenças religiosas, ilustrando a associação entre concepções, crenças e valores religiosos para

²⁰ Ao serem perquiridos sobre o que entendem sobre “Gênero e Sexualidade”, educandos/as apresentaram respostas como: “É uma opção que a pessoa tem”; “Não sei, só sei que tem avê com a escolha se que ser gay ou hetero” (sic), “cada um tem a sua, todos tem direito de ser como querem”; “é uma opção sexual” (Escola B). Já na Escola A, no que se refere ao gênero, em sua grande maioria foi retratado como sendo “feminino/masculino”. Na temática sexualidade, na Escola A, destaca-se as seguintes respostas: “É o que cada um realmente é ou escolhe ser”; “Você escolhe o que quer ser”; “Opção que você escolhe para se relacionar”; “[...] somos livres para escolher a opção sexual”. Já na Escola B, obteve-se respostas semelhantes: “Cada um decide o que quer ser em sua vida sexual”; “pessoas que são de sexo diferentes ou iguais”; “Se a pessoa opta por gostar de homem ou mulher”; “é como a pessoa quer ser como homossexual ou lésbica; “é o que você escolhe ser”. Fica demonstrado que educandos/as evidenciam a orientação sexual como uma escolha, como se a descoberta sobre sua sexualidade, seja ela hetero, homo ou bi, ao longo do seu desenvolvimento, pudesse ser escolhida ou abdicada, de forma consciente. Isso evidencia as influências sofridas na construção de identidade de gênero desses/as jovens, conforme abordado aqui.

explicar a homossexualidade, tratando esta como uma perversão. Por outro lado se constata que algumas famílias preferem ou sentem-se mais confortáveis em se manter alheios às temáticas tanto no ambiente familiar quanto escolar. Mesmo que a associação não seja tão transparente e linear entre religião e concepções e crenças homofóbicas, o desfecho obtido nas indagações corrobora que a religião é um elemento que não deve ser encoberto nos estudos sobre o tema da homofobia e sobre a construção de artifícios de valorização da diversidade sexual e de gênero.

Fato é que, ao se adentrar em um “campo minado”, como o das crenças religiosas, encontra-se um local marcado por convicções heterogêneas, perpassado por controvérsias que, em alguns instantes, tornam-se “explosivas” e até perigosas, colocando em risco os direitos humanos. Nesse sentido, para desativar essas minas e apregoar os direitos humanos pertinentes ao respeito à diversidade, apregoados na Constituição Federal de 1988, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é fundamental o papel da escola em sintonia com a construção de uma cultura democrática de valorização das diversidades identitárias e de gênero existente em nossa sociedade.

Destaque também merece uma das questões que aborda a opinião do/da educando/a, no que se refere às pessoas homossexuais/gay/lésbicas. Dentre as alternativas (uma) pessoa optou por transcrever a seguinte afirmação: “Tone ai não sou preconceituoso quere se comé que se comam” (sic., educando/a, Escola B). A partir da análise das respostas e, da convivência nesses espaços escolares, é possível perceber que por trás do véu de tolerância e amabilidade, há inúmeras ideias pré-concebidas sobre certos grupos sociais, ideias que são pilares de ações discriminatórias que perpassam as relações sociais desencadeadas no cotidiano. Apenas para ilustrar o preconceito mencionado, pode-se citar o comentário de um/a educando/a, durante a aplicação dos questionários: “ele é gay, mas todo mundo trata ele bem”. Leia-se: ser gay e ser bem tratado seria, em princípio, uma “concessão” prestada pelo grupo, evidenciando a homofobia, enquanto fronteira simbólica.

Quanto ao fato dos/as educandos/as já terem sofrido ou praticado algum tipo de discriminação, bullying ou violência por ser mulher, homem ou

homossexual, em ambas as Escolas as respostas foram na maioria afirmativas, ou seja, já haviam sofrido e/ou praticado tais violências. Nesse sentido envolvendo o reconhecimento e identificação de pessoas não heterossexuais, uma das questões interpelou educandos/as se conhecem algum/a colega que já se identificou ou se identifica como gay/homossexual/lésbica, e de como essa pessoa é tratada pelos demais. Na Escola A, a maioria respondeu de forma afirmativa. Interessante destacar que, ao responderem acerca da forma como gays/homossexuais/lésbicas são tratados/as pelos/as demais, parte dos/as respondentes afirmam que são tratados/as como os demais, enquanto os/as demais, de forma contrária, declaram que eles/as sofrem discriminação. Na Escola B a maioria afirmou que eles/as recebem tratamento igualitário.

Aos/as estudantes foram perguntados se na sua escola, eles/elas conversam sobre temas como diversidade sexual e de gênero, bem como, de que maneira são tratados esses temas pelos/as demais estudantes e pelos/as educadores/as . De forma unânime, ambas as Escolas declaram que estes temas são pouco ou nada abordados e reconhecem a relevância das temáticas. Já na outra questão, que buscou saber se na família existem homossexuais, gays ou lésbicas, incluindo a pessoa que respondeu, o resultado foi o seguinte: na Escola A, destaca-se uma afirmação, entre as respostas: “Minha prima, devido a isto ela normalmente não se abre sobre sua sexualidade para a família devido ao preconceito” (educando/a, Escola A)²¹.

Diante das exposições acima, referentes as três categorias analisadas a partir dessa pesquisa, vale destacar que a Escola tem um papel crucial nos processos de normatização dos sujeitos, ou seja, na formação de sujeitos “normais”. Todavia, não são todos/as que estão incluídos/as na norma homogeneizante, até mesmo porque a noção de norma pressupõe noções de desvio e anormalidade. A norma abrange as identidades sociais hegemônicas

²¹ Na Escola B, referente a mesma questão, destaque-se uma afirmação que acompanhou a resposta da referida questão: “Eu não tenho nada contra cada um sabe ou decide o que quer ser da sua vida. Eu sou lésbica e não vejo problema algum (educando/a, Escola B). Se percebe, neste contexto, que embora um/a educando/a da Escola B e um/a educando/a da escola A, demonstraram uma orientação sexual distinta da heterossexualidade, sendo que ambos reconhecem sua homossexualidade como uma “escolha”. É muito provável que esses/as jovens estejam no processo de negação da sua sexualidade e, até mesmo, na tentativa de “corrigir” esse “desvio de conduta”, já que acreditam ser uma “escolha”. É perceptível que o termo “orientação sexual” é um tema distante da realidade dos dois espaços escolares.

(por exemplo, ser heterossexual, homem, rico, branco) e exclui, a partir de conjunturas preconceituosas e práticas discriminatórias, as identidades sociais não-hegemônicas (por exemplo, ser homossexual, bissexual, mulher, pobre, negro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio dessa pesquisa em refletir sobre como a influência da cultura hegemônica e conservadora contra debates sobre diversidade de gênero e orientação sexual têm se manifestado em espaços escolares, em específico, em duas escolas públicas, estaduais de Ensino Médio, No Município de São Luiz Gonzaga/RS e, isso tem afrontado o direito humano à identidade de gênero e orientação sexual, ao finalizar esse estudo, são apresentados alguns resultados, que farão parte das considerações finais, a seguir.

Os espaços escolares, são locais privilegiados de convivência, com um elevado potencial de enfeitiçar nossos corpos em seu processo educativo, contribuindo na construção das identidades e suas relações com os corpos. Embora esta atual conjuntura esteja mudando e, temas como orientação sexual e gênero estejam mais abertos, o estudo realizado denota que persistem preconceitos, tais como, o entendimento de que a orientação sexual ainda é vislumbrada como uma escolha, ou ainda, que temas como diversidade sexual e de gênero não sejam vistos como algo importante a ser tratado em sala de aula, esquecendo-se que os espaços escolares não têm a missão apenas de transmitir e construir conhecimento, mas tem papel fundamental na construção do ser social através de reflexões críticas das realidades humanas.

Fica evidenciado que a cultura conservadora hegemônica, construída com a exclusão da diversidade, influencia a abordagem sobre identidade de gênero e orientação sexual, também nas escolas. Os preconceitos estão permeados de uma fronteira simbólica resistente, edificada historicamente, estabelecendo barreiras culturais entre as pessoas. Para que o feitiço lançado, seja de uma vez por todas quebrado, e as pessoas não sejam tratadas com preconceito, violentadas ou mortas pelo simples fato de não estarem

adequadas a um determinado “padrão” comportamental, não bastarão apenas avanços nas legislações. Se faz necessária uma mudança de postura social, cultural e estatal.

Porém, o que se percebe é um caminho inverso. Poder, violência, invisibilidade e sofrimento psíquico estão presentes no processo contínuo de produção e reprodução das masculinidades e feminilidades hegemônicas, nas mais diversas instâncias sociais, afrontando o direito humano à identidade de gênero e orientação sexual, previstos na Constituição Federal de 1998 e em documentos internacionais. Isso se revela, inclusive, no que se refere aos poderes constituídos de um regime republicanos, democrático e laico, como o brasileiro, onde convicções religiosas fundamentalistas se colocam resistentes a diversidade sexual e de gênero, como visto neste trabalho, o que significa dizer, contra os próprios preceitos constitucionais do direito à diferença. Nesse contexto, mulheres, em especial as feministas, e pessoas LGBTQ+ se transformaram em um perigo e, por conseguinte, estariam querendo pregar uma “ideologia de gênero”. Por isso, são vistas como o inimigo a ser combatido. Reflexo disso foi a suspensão na distribuição de materiais educativos sobre gênero e diversidade sexual nas Escolas, depois das críticas, em especial, de parlamentares fundamentalistas, acabaram por silenciar a prática docente no que tange à problematização.